

# POLÍTICAS & AQUISIÇÕES DE DEFESA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA PARCERIA ESTRATÉGICA FRANÇA-BRASIL NOS SÉCULOS XX E XXI

Fernanda das Graças Corrêa\*

## RESUMO

Esta pesquisa é o resumo da tese de doutorado que teve por objetivo analisar as relações históricas entre França e Brasil na área de Defesa, desde as missões de instrução, aquisição de blindados até a entrada do Brasil nas eras supersônica, missilística e de asas rotativas, e, por meio de estudos de caso, esclarecer em que momento da história estas relações se configuraram como parceria estratégica. Considera-se nesta pesquisa a transferência de tecnologia (ToT) um processo político tratado entre Estados como parte do desenvolvimento autônomo de programas estratégicos nacionais de defesa de longo prazo. Sustenta-se que a parceria estratégica entre França e Brasil por meio da ToT para programas estratégicos de defesa e os *offsets*, ademais de serem parte da Grande Estratégia da França, contribuirão para distribuir capacidades e exercer maior projeção política no sistema internacional.

**Palavras-chave:** Aquisições de Defesa. Transferência de Tecnologia. Parceria Estratégica França-Brasil.

*DEFENSE POLICIES & ACQUISITIONS: A HISTORICAL ANALYSIS OF THE FRANCE-  
BRAZIL STRATEGIC PARTNERSHIP IN THE XX AND XXI CENTURIES*

## ABSTRACT

This research is the summary of the doctoral thesis that aimed to analyze the historical relations between France and Brazil concerning the Defense area, covering since the instruction missions and armored vehicles acquisition until Brazil's entrance in the supersonic, missile and rotary wings era, as well as by means of a case study to clarify in which historical moment such relations were configured as a strategic partnership. The transfer of technology is considered in this research as a political process dealt between the States as an integral part of the autonomous development of long range national defense strategic programs. It is also supported that beyond integral part of France's Grand Strategy, the strategic partnership between France and Brazil by means of the transfer of technology for strategic defense programs as

---

\* Doutora em Ciência Política na Área de concentração Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense, assessora na Assessoria de Planejamento Estratégico da estatal Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A., atualmente, cedida como Adjunta da Divisão de Assuntos de Geopolítica e Relações Internacionais da Escola Superior de Guerra. Contato: <fernanda.das.gracas@hotmail.com>.



well as offsets will contribute to the distribution of capacities and the exertion of greater political projection within the International System.

**Keywords:** Defense Acquisitions, Technology Transfer, Strategic Partnership France-Brazil.

*POLÍTICAS Y ADQUISICIONES DE DEFENSA:  
UN ANÁLISIS HISTÓRICO DE LA ASOCIACIÓN ESTRATÉGICA FRANCIA-BRASIL EN LOS  
SIGLOS XX Y XXI*

## RESUMEN

Esta investigación es el resumen de la tesis de doctorado que tuvo por objetivo analizar las relaciones históricas entre Francia y Brasil en el área de Defensa desde las misiones de instrucción, adquisición de blindados hasta la entrada de Brasil en las eras supersónica, misilística y de alas rotativas, y, por medio de estudios de caso, aclarar en qué momento de la historia estas relaciones se configuraron como asociación estratégica. Se considera en esta investigación la transferencia de tecnología (ToT) un proceso político tratado entre Estados como parte del desarrollo autónomo de programas estratégicos nacionales de defensa de largo plazo. Se sostiene que la asociación estratégica entre Francia y Brasil a través de la ToT para programas estratégicos de defensa y los offsets, además de ser parte de la Gran Estrategia de Francia, contribuirán para distribuir capacidades y ejercer una mayor proyección política en el sistema internacional.

**Palabras clave:** Adquisiciones de Defensa. Transferencia de Tecnología. Asociación Estratégica Francia-Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos séculos XVIII, XIX e XX, a França tornou-se uma das principais potências mundiais, disseminando pelo Ocidente valores políticos, econômicos, socioculturais e militares. Os reflexos desta disseminação na área militar no Brasil podem ser sentidos nas três Forças Armadas (FA) brasileiras, as quais, além de importarem armamentos e tecnologias avançadas, importaram também instruções, doutrinas, emprego e concepções teóricas estratégicas que vem desde a *École Jeune* até a atual estratégia negacionista adotada nas políticas públicas de defesa e no próprio planejamento estratégico e operacional atuais da Marinha do Brasil (MB).

## 2 MISSÕES MILITARES E A ERA DOS BLINDADOS

Em dez de outubro de 1918, Brasil e França assinaram um contrato que tratava da vinda de uma missão militar francesa ao Brasil para criar a aviação militar no Exército Brasileiro (EB). A missão teve por finalidade “criar, em primeiro lugar,

as escolas de Aviação necessárias à instrução de pilotos, mecânicos e observadores. Após, organizará os serviços aeronáuticos do Exército Brasileiro, de acordo com os métodos em vigor no Exército francês”. (BASTOS FILHO, 1994, p. 68.) Esta passou a ser oficialmente conhecida como Missão Militar Francesa de Aviação, célula *mater* da Força Aérea Brasileira (FAB). De acordo com Celso Castro, “a palavra francesa *patron* tem o duplo sentido de “*patrono*” (protetor) e “*padrão*” (modelo). O termo “*patrono*” não existia, até então, na tradição militar brasileira” (CASTRO, 2002, p. 18). “A inspiração francesa para essa “nova tradição” encontrou terreno propício para vingar devido à admiração que então se tinha pela cultura militar daquele país, vitoriosa na recente guerra mundial” (CASTRO, 2002, p. 18). Em virtude do sucesso da França na Primeira Grande Guerra e da Missão Militar de Aviação, o governo brasileiro autorizou a contratação da Missão Militar Francesa de Instrução (MMFI), em 1919, para profissionalizar o Exército brasileiro (EB). A MMFI representava para os franceses a monopolização da venda do material bélico ao Brasil como parte de sua estratégia para recuperar a economia francesa. Em 1921, chegaram ao Brasil às doze novas unidades de carros de combate Renault FT-17, oriundos da fábrica francesa *Delaunay-Belleville*. (BASTOS, 2011, p. 18).

Estas aquisições tiveram profundo impacto na história brasileira, a medida que permitiram a entrada do Brasil nas eras da Aviação Militar, do Exército Profissional e dos Blindados. Contudo, embora o EB tenha adentrado na era dos Blindados, nem a França nem o Brasil haviam sofrido a mudança de mentalidade necessária para compreender e empregar o conceito de guerra de mobilidade; o que não ocorreu no Exército alemão. Apesar de construir e operar tanques de guerra, a mentalidade do militar francês na Segunda Guerra estava mais voltada para a defesa estática das fronteiras do que para a guerra de mobilidade; o que foi decisivo na rendição da França na Guerra, em 1940. A imagem da França enquanto potência mundial foi comprometida, impactando no imaginário militar e na política externa brasileira.

A entrada dos Estados Unidos da América (EUA) na Segunda Grande Guerra, em dezembro de 1941, foi decisiva para a sua mudança de *status* no sistema internacional, no qual de mero coadjuvante se tornou o principal credor e reformador deste sistema no findar da guerra. Além de criar estruturas de poder, nas quais ele era um dos principais atores no pós-guerra, eram os valores políticos, econômicos, socioculturais e militares dos EUA que passaram a ser disseminados no Ocidente. Com a pressão dos EUA para o Brasil declarar guerra ao Eixo na Segunda Guerra e a aprovação da Lei de Empréstimo e Arrendamento, o mercado de defesa brasileiro passou a ser abarrotado de armamentos de origem estadunidense. Durante a Guerra, o Brasil tornou-se o maior aliado dos EUA na defesa das linhas de comunicação no Atlântico Sul. Com o findar da Guerra, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ou a URSS passou a ser o maior inimigo dos valores socioculturais do Ocidente, o que fortaleceu ainda mais os laços políticos Brasil-EUA, relegando à França uma posição secundária na agenda da política externa brasileira.

### **3 BRASIL: ZONA DE INFLUÊNCIA MILITAR FRANCESA?**

No Brasil, especialmente na área militar, a partir do fim da Segunda Guerra, os EUA passaram a dominar o mercado de importação de armamentos, como navios, submarinos, blindados, aviões etc. Os EUA ocuparam um mercado especial que até então tinha a França como um dos principais fornecedores. A fim de fortalecer a política, a economia, as Forças Armadas e os valores socioculturais franceses e a fim de enfraquecer e encolher o poder e a influência que os EUA exerciam no Ocidente, o general francês Charles De Gaulle, a partir da década de 1950, afastou-se das estruturas políticas internacionais protagonizadas pelos EUA, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), buscou recuperar a economia e revitalizar a indústria de defesa francesa e, principalmente, reacendeu o nacionalismo francês, fortemente abalado com a rendição à Alemanha em 1940:

O general De Gaulle não iria se satisfazer em garantir ao seu país plena autonomia e segurança energética e tecnológica no mundo que emergira da Segunda Guerra. Para ele, era também fundamental afirmar a França como um ator independente em um mundo dividido pela Guerra Fria. (COELHO, 2014, p. 205).

Embora as tensões políticas e militares provocadas pela Guerra da Lagosta (1961-1963) contribuíssem para o distanciamento político entre Brasil e França, De Gaulle, ao retornar à presidência da França, aproveitou-se do legado deixado pelas Missões Militares francesas, para retomar o diálogo com o governo brasileiro. André Normand, adido militar no Brasil de 1955 a 1958, e Henri Lemond, seu sucessor de 1958 a 1961, fizeram um amplo estudo sobre os problemas brasileiros. Uma das principais conclusões a que chegaram era que *“a França tinha dificuldades em oferecer as mesmas oportunidades de compra ao Brasil e os Estados Unidos não ofereciam uma doutrina de guerra apropriada ao teatro de operações brasileiro”* (ARAÚJO, p. 261, p. 17).

Em virtude da perda da exclusividade da venda de seus armamentos no mercado brasileiro, a partir da Guerra Fria (1945-1989), a França buscou inserir seus interesses em uma área em que os EUA ainda não haviam adentrado: doutrina. A partir daí o Brasil passou a adotar conceitos doutrinários franceses nos seus documentos militares oficiais, tais como guerra psicológica e inimigo interno. Neste momento, o Brasil deixou de ser só um pólo de interesse comercial para ser também uma zona de influência militar francesa. Além da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), os militares franceses buscaram inserir suas novas concepções ideológicas, em instituições de ensino, como a Escola Nacional de Informação (ENI) e o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS). Nestas instituições, os militares franceses realizavam palestras, introduziam

conceitos e ensinavam técnicas de guerra psicológica para os militares brasileiros. Os principais objetivos do governo francês em empregar estes militares no Brasil eram reativar a rede de informações entre os dois países e reabrir o mercado de defesa brasileiro para os armamentos franceses.

#### 4 INFLUÊNCIA FRANCESA NO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL BRASILEIRO NO SÉCULO XX

A partir da década de 1970, os novos desafios políticos, econômicos e estratégicos obrigaram as FA brasileiras a buscar novos horizontes materiais e tecnológicos militares, o que permitiu que, na MB novas concepções teóricas navais fossem consideradas pelos militares da força naval brasileira, em especial, a dos franceses. Três teóricos franceses passaram a ser os principais objetos de estudos de militares da MB a partir da década de 1970: Hyacinthe-Laurent-Théophile Aube, Raoul Castex e Hervé Coutau-Begarie.

O então ministro da Marinha francesa, almirante Hyacinthe-Laurent-Théophile Aube foi o idealizador da *École Jeune*, uma escola de pensamento naval, nascida no final do século XIX, que ensinou na estratégia naval o conceito de mobilidade por meio da guerra de curso.

O almirante francês Raoul Castex foi autor de numerosas obras, entre elas: *Le Grand État-Major Naval, Question Militaire d'Actualité*, publicada em 1909, *Synthèse de la Guerre Sous-marine. De Pontchartrain à Tirpitz*, publicado em 1920 e *Théories Stratégiques* publicado entre 1929 e 1935. Raoul Castex foi o teórico estrategista que mais considerou o emprego de submarinos em operações navais na 1ª Guerra Mundial. Sobre Castex, o estrategista francês, Hervé Coutau-Begarie, afirmou em *Synthèse de la Guerre Sous-marine* que,

trata de salvar, modernizando-a, a doutrina da velha escola: os submarinos alemães tiveram, efetivamente, um grande êxito, mas na ausência de uma ofensiva de superfície, não puderam ser decisivos; ao contrário, a proteção indireta exercida a distância pelos encouraçados da Gran Fleet, que neutralizavam seus homólogos da Hochseeflotte e constituíam dessa maneira, a pedra angular do dispositivo aliado. (COUTAU-BEGARIE, 1989, p.30)

Castex era crítico da *École Jeune*, era defensor da superioridade intrínseca do poder marítimo sobre o poder terrestre e foi o teórico estrategista que mais considerou o emprego de submarinos em operações navais ainda na Primeira Guerra Mundial. As concepções teóricas de Castex tiveram profundo impacto na estratégia naval da 2ª Guerra Mundial e na Guerra Fria. As principais Marinhas do mundo, como Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra e França, construíram

submarinos diesel-elétricos e nucleares e aprofundaram estudos sobre novas formas de empregos de submarinos em campanhas navais.

Coutau-Bégarie pertencia à escola de pensamento de Castex e defendia que o dilema entre o corso e a batalha decisiva<sup>33</sup>, na verdade, não eram concepções teóricas, mas sim métodos históricos que direcionavam as Marinhas à adoção de uma mesma estratégia naval e que somente Castex compreendeu o conflito de métodos das demais escolas de pensamento e conseguiu superá-las, criando uma teoria: a teoria do perturbador continental. Esta obra de Castex pode ser analisada sob três conceitos principais: espaço, posição geográfica e o perturbador continental. O primeiro conceito diz respeito à relação com a manutenção de uma situação de isolamento, favorável ao posicionamento defensivo contra agressões externas. O segundo conceito se refere à posição geográfica associada aos impulsos dos países voltarem-se para o mar, buscando recursos além-mar que lhes garantam a sobrevivência. E o terceiro conceito inovador, denominado de perturbador continental, refere-se ao equilíbrio de poder europeu, periodicamente, ameaçado quando surge um Estado aspirando à hegemonia. Castex tomava por exemplos países em pleno desenvolvimento, tanto econômico quanto demográfico, com ambições expansionistas, que buscavam concretizar no continente, acabando, porém por serem contidos pela coligação de outros Estados, liderada pela potência marítima. Nesta teoria, o domínio do mar através da projeção do poder marítimo sobre o continente, evita que o inimigo ataque o território nacional a partir do mar, impede que ele usufrua do mar para transportar, abasteça forças militares e exerça nele exploração econômica. Segundo esta teoria, Castex orienta as Marinhas a projetar poder marítimo sobre o continente negando o uso do mar aos inimigos. A teoria do perturbador continental provocou profundas mudanças na elaboração dos planejamentos navais das Marinhas mundiais e, mais especificamente, a partir da década de 1970, na MB.

A partir da década de 1970, com a ampliação da plataforma continental brasileira, descoberta de petróleo em águas jurisdicionais nacionais e com a multiplicação dos usos do mar, a mentalidade da estratégia naval brasileira sofreu profundas mudanças, priorizando, no início do século XXI, a negação do uso do mar em detrimento à tradicional defesa das linhas de comunicação.

## **5 REABERTURA DO MERCADO AERONÁUTICO DE DEFESA BRASILEIRO**

Militares e embaixadores franceses instalados no Brasil utilizaram sua influência sobre os governos militares para reabrir o mercado de importação de defesa brasileiro, priorizando produtos franceses; o que garantiu a superioridade

---

33 Teses defendidas pelo almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan e pelo estrategista britânico Julian Stafford Corbett.

aeronáutica brasileira no cenário regional e a entrada do Brasil nas eras supersônica, missilística e de asas rotativas militares.

Na área aeronáutica, as empresas francesas, como a Holste e a *Aérospatiale*, contribuíram para que as empresas e institutos brasileiros passassem a projetar aviões militares. Por meio de importação de cérebros, o engenheiro aeronáutico francês, Max Holste, desenvolvedor do modelo de aviões *Broussard*, foi contratado por Ozires Silva, então chefe de operações do departamento de Aeronaves do Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento (IPD), para projetar e desenvolver em território brasileiro o primeiro avião de uso militar de transporte, carga, busca e salvamento e reconhecimento fotográfico. Denominado de Bandeirante, esta aeronave se tornou o ponto de partida para a indústria aeronáutica brasileira, em especial, para a Embraer.

Em virtude da transferência da capital brasileira do Rio de Janeiro para a Brasília e da criação de um núcleo de defesa aérea, a Força Aérea Brasileira (FAB) iniciou estudos sobre novas tecnologias aeronáuticas para realizar a defesa aérea de Brasília. Desta forma, a FAB iniciou sondagens nos EUA para a aquisição de caças de interceptação aérea supersônicos. A resistência dos EUA em ceder/vender caças supersônicos obrigou a FAB a iniciar sondagens em outros países. Ansiosa em participar ainda mais do mercado aeronáutico brasileiro, a empresa francesa *Aérospatiale* aceitou vender ao Brasil caças supersônicos *Mirage*, considerados na época, um dos melhores desta geração. Os pilotos brasileiros, chamados de *Dijon Boys*, receberam instruções técnicas sobre o *Mirage* na Base Aérea de *Dijon-Longvic*, na cidade de *Dijon*, na Borgonha, e lá mesmo passaram a voar em caças franceses. De acordo com P. F. Kasseb:

[...] o mês de maio de 1972 foi o escolhido para o envio dos oito primeiros oficiais aviadores brasileiros à França. Para o curso em *Mirage IIIE*. Eram oficiais com mais de 700 horas de voo, com experiência em jato e que, em sua maioria, já haviam operado com aeronaves como Gloster Meteor, F-8, Lockheed F-80 e T-33, somando uma vasta vivência operacional e administrativa na Força Aérea Brasileira. Eram, portanto, os “homens-chave”. Foram eles que, antes de partirem para a França, participaram ativamente da fase pioneira do Sistema de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (SISDACTA) que começava a tomar forma. (KASSEB, 2008, p. 41).

Apesar de os governos que sucederam De Gaulle a partir da década de 1970 buscarem se voltar mais para o institucionalismo europeu, nenhum deles abriu mão de priorizar a Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) nas FA francesas e do mercado de defesa brasileiro. Tanto o governo de Georges Jean Raymond Pompidou (1969-1974) quanto o governo de Valéry Giscard d’Estaing (1974-1981) buscaram ampliar a participação francesa no mercado aeronáutico brasileiro.



A ideia de desenvolver no Brasil uma linha de helicópteros militares foi de uma associação brasileira no início da década de 1970 nos mesmos moldes em que a Embraer S.A. (Embraer) havia sido criada. Em virtude do sucesso da parceria franco-brasileira no desenvolvimento do Bandeirante e na aquisição do *Mirage*, esta associação iniciou sondagens com a *Aérospatiale*. Em abril de 1978, a Helibras foi criada com 45% de participação societária da *Aérospatiale* e a outra parte da sociedade pertencia a empresas ligadas ao governo de Minas Gerais (MG). A política de incentivos à criação de pólos industriais em MG justificava a participação societária destas empresas na Helibras. Além de fomentar a indústria nacional de asas rotativas, aumentar o índice de nacionalização dos equipamentos e serviços prestados pelas empresas brasileiras, gerar empregos, qualificar mão de obra especializada, a Helibras, do ponto de vista brasileiro, por ser a única empresa de helicópteros na América Latina, aumenta a sua vantagem na logística, na competitividade e na dualidade no entorno geoestratégico latino americano. Do ponto de vista francês, a Helibras representa o privilégio francês e o monopólio do modelo tecnológico no mercado de asas rotativas brasileiro. De acordo com René Dellagnezze, desde a sua criação, “a Helibras já produziu e entregou ao mercado cerca de 500 helicópteros, entre eles 70% do modelo *Esquilo*. Aproximadamente 10% da produção total é exportada para países latino-americanos, como Argentina, Bolívia, Chile, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela” (DELLAGNEZZE, ESC Defesa, 2010, p. 34). Embora, em boa parte a Helibras se configure como uma montadora de equipamentos de asas rotativas franceses, a maior parte dos trabalhadores da empresa é brasileira e há um nível razoável de cooperação técnica e tecnológica tanto no projeto quanto de construção, nos quais engenheiros aeronáuticos brasileiros atuam.

A *Aérospatiale* também teve participação ímpar na entrada do Brasil na era missilística. Este episódio da História pode ser dividido em duas partes: a aquisição brasileira de lançadores e das famílias de mísseis MM38 e MM40, na década de 1980, e no desenvolvimento do Míssil Antinavio (Man-sup), a partir de 2003. A nacionalização do MM38 foi determinante para o desenvolvimento do Man-sup e o índice de nacionalização alcançado pela MB tem garantido às empresas brasileiras licitadas os *offsets* necessários para assegurar o conhecimento em tecnologias missilísticas no país, na maior qualificação de mão de obra especializada, no fomento à ampliação de cursos em engenharia aeronáutica no país e na expectativa de criação de políticas públicas que incentivem pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológicos nas empresas brasileiras, em institutos de pesquisas, em laboratórios e nas universidades.

## **6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA NACIONAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA**

As principais políticas públicas de defesa nacional, como a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco da Defesa, consideram a Transferência



de Tecnologia (ToT) prioritária. Compras de oportunidade, importação de cérebros, treinamento de pessoal, *joint ventures* e cooperação tecnológica estiveram presentes na histórica relação França-Brasil na área de defesa. No entanto, a França nunca havia se comprometido com a ToT de produtos de defesa para o Brasil. Embora as políticas públicas incentivem e fomentem a ToT nas negociações de defesa no Brasil, culturalmente, não há a tradição em P&D nas empresas brasileiras e há um distanciamento entre a P&D das universidades e laboratórios com as empresas; o que gera vazão produtiva, lacunas tecnológicas no processo de inovação e atraso no crescimento econômico do país. Neste sentido, buscou-se análises e respostas que possam contribuir na superação das lacunas tecnológicas no desenvolvimento econômico brasileiro. Acredita-se que, o comprometimento da França em aceitar transferir tecnologias é uma oportunidade histórica que, conhecendo o *modus operandi* francês, poderá contribuir na superação das lacunas tecnológicas de programas estratégicos e na recuperação do atraso econômico em que o País se encontra comparado a outros países emergentes. Há um consenso entre estes autores de que o Estado tem um papel significativo na criação de conhecimentos e na mobilização de recursos que permitam a difusão do conhecimento e da inovação no campo da economia de defesa, de que a defesa é uma área que deve ser priorizada pelo Estado no empreendimento de políticas públicas que fomentem a maior participação de empresas privadas nos programas estratégicos, que cabe ao Estado incentivar parcerias público privadas, P&D nas empresas, nas universidades e em laboratórios, flexibilizar a dualidade das tecnologias desenvolvidas, garantir o acesso ao crédito, a tecnologias e aos mercados mundiais.

O governo francês tem reformulado a sua política de exportação de produtos de defesa para garantir acesso a novos mercados, em especial, no continente americano. Há discordâncias entre especialistas franceses a cerca da política de ToT como uma estratégia comercial para ter acesso a novos mercados, em especial, latino americanos. Embora não haja uma espécie de manual que instrua as empresas francesas a transferir tecnologias para as empresas e setores governamentais estrangeiros, cada empresa francesa tem um *modus operandi* diferente na transmissão do conhecimento e a opera dentro de um limite técnico; o que gera incertezas sobre a eficácia na ToT nos países receptores. *“A verdadeira transferência de tecnologia ocorre quando o receptor absorve o conjunto de conhecimentos que lhe permitem adaptá-la às condições locais, aperfeiçoá-la e, eventualmente, criar nova tecnologia de forma autônoma”*. (LONGO, 2007, p. 6). Daí a importância da maturidade dos programas estratégicos, da qualificação profissional especializada e conhecimento holístico da tecnologia e das empresas fornecedoras. Os três mais importantes programas estratégicos das Forças Armadas que contam com o aceite francês em transferir tecnologia são o Man-sup, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Programa HXBR e em cada um destes programas as empresas francesas, respectivamente, MBDA, DCNS e *Airbus Helicopter*, apresentam

um *modus operandi* diferenciado na transferência da tecnologia. A MBDA participa do Man-sup por meio de consultas e relatórios técnicos à gerência naval responsável pelo programa. A DCNS participou da seleção de empresas brasileiras que participam do Prosub, criou uma Escola de Projetos de submarinos na França e constituiu *joint venture* com a empresa brasileira Odebrecht. Na relação da *Airbus Helicopter* com a Helibras, o contrato de ToT tem objetivo final a construção de aeronaves modernas da linha EC725 em território nacional. Para cumprir o contrato, a empresa francesa aumentará a escala de produção, aumentará o índice de nacionalização de equipamentos, investirá em infraestrutura nas instalações da Helibras, treinará mão de obra especializada brasileira nas instalações da *Airbus Helicopter* na França, e enviará especialistas franceses ao Brasil para acompanhar a implantação da nova linha dos EC725 em território nacional.

A negação do uso do mar é considerada uma estratégia naval de países mais fracos. Embora pareça paradoxal a MB adotar a negação do uso do mar como estratégia naval em detrimento do *status* de potência emergente que o Brasil sustenta, é importante considerar o longo período em que o Brasil não é protagonista de guerras, as vulnerabilidades da economia nacional, os poucos processos de inovações radicais nas indústrias de defesa brasileiras, a ausência de cultura de defesa e a harmonia com que o Brasil compartilha nas suas relações no seu entorno geoestratégico Sul-Sul. Por a negação do uso do mar ser prioritária na estratégia naval, o Prosub é o principal programa estratégico da MB. Por a estratégia negacionista promover a deteriorização da capacidade operacional e/ou impedir a liberdade de ação do inimigo dentro do entorno geoestratégico atende satisfatoriamente as demandas da defesa naval brasileira no Atlântico Sul.

A criação da estatal Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul) também se configura como uma solução tecnológica para cobrir as lacunas tecnológicas dos programas estratégicos navais. Cabe à Amazul a missão de desenvolver P&D dentro de suas instalações, promover parcerias empresariais, acadêmicas e laboratoriais para gerar inovações radicais e propiciar vazão produtiva às inovações geradas pela empresa. Por esta estatal reunir em seu quadro os recursos humanos com experiência no setor nuclear e se constituir como uma Empresa Estratégica de Defesa acredita-se que Amazul reúna as qualificações necessárias para tornar viável, eficiente e reduzir as incertezas quanto ao processo de absorção de tecnologia no futuro submarino com propulsão nuclear.

## **7 RELAÇÕES COMERCIAIS OU PARCERIA ESTRATÉGICA?**

As alianças constituem-se como o relacionamento mais central na política internacional e são tão antigas como os próprios registros documentados. Até antes da assinatura do conjunto de tratados de Westfália, assinados em 1648, as relações que se configuravam no território europeu tinham por base laços sanguíneos e/

ou conjugação de valores religiosos. A partir dos tratados de Westfália, os Estados tornaram-se entidades políticas capazes de exercer a autoridade suprema sobre os territórios e detinham em seu poder o monopólio das guerras, o exercício da diplomacia e a celebração de novos tratados. Segundo Souza Farias em livro organizado por Lessa e Oliveira, “o termo [aliança] geralmente significa uma relação estruturada em torno da dimensão militar da política internacional. Isso decorria do motivo primário a guiar os Estados: a sobrevivência” (2013, p. 18). Thomas Wilkins afirma que:

[...] o conceito de alinhamento perpassa todas as áreas das Relações Internacionais, tanto em sua dimensão teórica quanto em seu caráter empírico. Daí a importância de se substituir, quando adequado, o termo *aliança* pelo termo *alinhamento*, uma vez que o modelo tradicional de alianças realista é bem menos frequente a partir de 1991. Enquanto aliança significa um acordo formal entre Estados, em geral contra um terceiro, que obriga, ou abre a possibilidade, do uso da força contra esse terceiro, alinhamento é um conceito mais abrangente, não necessariamente que lide apenas com a área militar, mas que tem a ver com as expectativas dos Estados sobre um grau de cooperação futura, se será apoiado ou não por outrem, sob determinadas circunstâncias. (REZENDE, 2013, p. 48).

Tradicional alianças firmadas a partir do fim da Segunda Grande Guerra, como a OTAN, com o fim da Guerra Fria, foram forçadas a sofrer modificações estruturais que se voltassem mais para alianças cooperativas do que alianças exclusivamente militares. Wilkins exemplifica os novos modelos de cooperação em segurança como comunidades de segurança, parcerias estratégicas ou as coalizões da vontade. (WILKINS, 2012). Nesta pesquisa, o dilema está em definir se a histórica relação comercial na área de Defesa entre França e Brasil se constitui, atualmente, como parceria estratégica. Há distinções específicas entre a diplomacia e a academia no que se refere ao conceito parceria estratégica. Segundo Souza Farias:

[...] no âmbito da diplomacia, muitos eventos cerimoniais de visitas de chefes de Estado não raro terminam com a assinatura de declarações conjuntas atestando a existência – ou o desejo de promover – uma parceria estratégica. O acadêmico não pode aceitar tal retórica pelo valor de face. Uma parceria estratégica de corre de um padrão específico de comportamento diplomático e não das atribuições emanadas do discurso oficial. (LESSA, DE OLIVEIRA, 2013, p. 24).

A Política Externa Brasileira (PEB) que vinha sendo construída desde fins da década de 1970, caracterizada pela diversificação de parcerias, sofreu alterações a

partir da década de 1990. O novo escopo da PEB, caracterizado pelo aprofundamento da cooperação e integração regional, pelo posicionamento multilateral e multipolar, pela orientação questionadora do estruturalismo das relações internacionais e a manutenção da diversificação das parcerias, dialogando tanto com países desenvolvidos e emergentes quanto com países subdesenvolvidos, impulsionou as relações políticas, econômicas, culturais e militares entre os Estados. Desde então, a PEB tem buscado por meio de coalizões e parcerias estratégicas multi e bilaterais ampliar a sua atuação em áreas geoestratégicas em que, até pouco tempo atrás, não havia um esforço diplomático por maior diálogo, integração e/ou cooperação, como a África Austral, o Oriente Médio e a Ásia. No entanto, ainda que, a partir da década de 1990, coalizões e parcerias estratégicas tenham crescido em importância na PEB, a construção destas relações como objeto de estudo nos anos recentes tem sido pouco estudada. Como observado, há distinções específicas em como a diplomacia e a academia percebem o termo parceria estratégica. Neste sentido, é importante que este termo seja analisado para que haja uma maior compreensão de seu emprego na política internacional. Souza Farias define que:

[...] o termo parceria tem o sentido de associação para alcance de objetivos comuns, envolvendo cooperação, associação e colaboração. (...) O termo “estratégica” qualifica a noção de parceria. Ele é de difícil trato analítico. Utilizado de todas as formas e em qualquer contexto, sua vulgarização muitas vezes prejudica sua capacidade explicativa. Ele se refere à identificação de objetivos relevantes de longo prazo e a existência de interesses e meios para alcançá-los. A relação, nestes termos, é direcionada para Estados os quais se atribuem importância e é cuidadosamente planejada e estruturada para servir a um propósito ou vantagem. (LESSA, DE OLIVEIRA, 2013, p. 25).

Durante muitos anos, o conceito de estratégia era restrito aos estudos da guerra. Contudo, teóricos neorealistas têm defendido a ampliação do conceito para implicações de ordem política e econômica. No sentido mais amplo, o conceito pode se referir tanto a uma relação cooperativa quanto competitiva entre os Estados ou para intervir em processos decisórios mudando normas, condutas ou regras nas relações entre os Estados. David Shambaugh enquadra as relações mantidas entre os dois Estados: as antagônicas e as harmoniosas. As relações antagônicas são caracterizadas pela frequente competição estratégica, rivalidades e inimizades. Já dentre as relações harmônicas, destacam-se as parcerias cooperativas e as parcerias estratégicas. Sobre as relações harmônicas, Danielly Becard, tomando por base o conceito de Shambaugh, afirma que:

[...] alinhamentos ou alianças indicam uma forma mais íntima

de cooperação, caracterizada por uma colaboração prolongada no tempo ainda quando não formalizada por meio de acordo escrito, e pela conjugação de objetivos ligados a segurança, estabilidade e influência. As relações de aliança acontecem muito frequentemente entre nações com sistemas políticos e/ou econômicos semelhantes, podendo evoluir em direção à formação de um eixo de poder internacional, que implica não apenas em influência mútua entre os países envolvidos, mas também na ação articulada e coordenada no tratamento das mais importantes questões internacionais. (LESSA, DE OLIVEIRA, 2013, p. 44).

Em geral, em relações assimétricas entre Estados, o termo parceria estratégica é mais empregado pela parte mais fraca da relação. Quando não há a ênfase no emprego do termo pelas duas partes envolvidas, em quase todos os casos, o relacionamento há pouco efeito prático e demonstra pouco interesse na identificação e implementação de objetivos comuns de longo prazo. Souza Farias menciona o caso das relações assimétricas entre EUA e Brasil durante as gestões, respectivamente, de William Jefferson Clinton (1993-2001) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando o então embaixador dos EUA no Brasil, Melvyn Levitsky, *“usou o termo [parceria estratégica] para demonstrar a convergência dos dois países em uma série de nichos da agenda internacional”* (LESSA, DE OLIVEIRA, 2013, p. 25). Particularmente, nas duas gestões de Fernando Henrique houve uma reformulação da PEB. Embora mantivesse o universalismo, buscou-se mais uma perspectiva institucionalista nas relações internacionais voltando-se para a abertura da economia brasileira ao modelo liberal, à redução de barreiras tarifárias que dificultassem a entrada de produtos importados em mercados nacionais e a blocos específicos da globalização e a uma conjuntura de normas e regimes internacionais que visavam fortalecer um ambiente o mais integrado possível. De acordo com Tullo Vigevani, Marcelo F. de Oliveira e Rodrigo Cintra:

[...] o conceito de mudança com continuidade, que prevaleceu no governo FHC, significava, segundo seus formuladores, que a renovação do paradigma tradicional deveria caracterizar-se por uma visão de futuro e adaptação criativa. Na perspectiva de FHC, também de Lampreia e de Lafer, a visão de futuro era fundamental diante de um ambiente desfavorável, contra o qual a diplomacia deveria atuar a longo prazo, buscando adaptar-se às mudanças. O objetivo não seria a adaptação passiva, mas, no limite do próprio poder, articulado com o interesse de outros estados e forças, o de redirecionar e reformar o ambiente, buscando a possibilidade de participação nos assuntos internacionais por meio da elaboração de regimes

mais favoráveis aos interesses brasileiros. (VIGEVANI, OLIVEIRA, CINTRA, 2003, p. 3).

Com o fim da Guerra Fria, os EUA se tornaram a maior potência mundial. O governo de Fernando Henrique acreditou que defendendo a *autonomia pela integração* e a parceria estratégica com os EUA garantiria um marco legal internacional na busca da concretização dos objetivos comuns de longo prazo. A *autonomia pela integração* era uma definição do então ministro das Relações Exteriores Luis Felipe Lampreia (1995-2000) que opôs a busca de uma *autonomia pela distância*, característica, segundo ele, da diplomacia brasileira durante a Guerra Fria, a *autonomia pela integração*, na qual há o anseio por maior participação na política internacional. Foi neste contexto que foram, oficialmente, formalizadas as inúmeras coalizões de interesses, como a nova rodada multilateral da Organização do Comércio (OMC), a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a União Europeia (EU) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Embora o embaixador dos EUA no Brasil, Melvyn Levitsky, tenha empregado o termo parceria estratégica para definir as relações comerciais entre EUA e Brasil na década de 1990, a identificação e implementação de objetivos comuns a longo prazo foram insignificantes diante do anseio brasileiro por maior participação na política internacional, especialmente, na questão nuclear. Após tantos anos de relutância por considerá-lo discriminatório, desde 1968, foi no governo de Fernando Henrique que o Brasil, em 1998, passou a ser signatário do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). De acordo com o ministro Luiz Felipe Lampreia:

[...] ao aderir ao TNP – os instrumentos de ratificação pelo Brasil foram depositados em 18 de setembro último – cumpriu-se o objetivo prioritário do Presidente Fernando Henrique Cardoso de resgatar as ‘hipotecas’ que ainda pesavam sobre a credibilidade externa do País, como também ocorreu com nossa adesão ao CTBT (Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares) e a decisão de submeter ao Congresso a aceitação pelo Brasil da competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Rapidamente ficou comprovado o benefício de aderir ao TNP. Quando, por coincidência, a Índia e o Paquistão conduziram testes nucleares no primeiro semestre deste ano, ganhamos mais respeito da comunidade internacional, traduzido no convite do G-8 para que participássemos do esforço para ajudar a encaminhar uma solução para as tensões no sul da Ásia. (LAMPREIA, 1998, p. 6).

Um dos maiores críticos da assinatura do TNP pelo Brasil é o físico Luiz Pinguelli Rosa, o qual considera “que o Brasil se colocou em condição humilhante

e subserviente” ao aceitar o tratado sem obter contrapartidas das potências nucleares” (Folha de São Paulo, 1997). Lampreia acreditava que o Brasil passaria a ter mais autoridade para cobrar a implementação do desarmamento nuclear, que a assinatura do TNP reforçaria o apoio dos EUA a pleitear uma vaga no Conselho de Segurança da ONU e que não havia mais resistência dos militares brasileiros a assinatura do TNP à medida que “a política de defesa do país jamais se baseou em armas atômicas” (Folha de São Paulo, 1997).

De acordo com Yong Deng, ao analisar o caso chinês, além da parceria estratégica implicar a aceitação mútua da importância dos Estados parceiros:

[...] assinala o desejo político do parceiro de reconhecer a legítima ascensão da China, de administrar áreas de desacordo de forma a melhorar o relacionamento bilateral e, se possível, melhorar a coordenação em termos de promoção de preferências comuns na arena internacional. (LESSA, DE OLIVEIRA, 2013, p. 25)

Além do maior acesso à tecnologia nucleares de fins exclusivamente pacíficos nos grupos supridores nucleares ser insignificante, do programa de construção de novas usinas nucleares se encontrar paralisado e do projeto do submarino nuclear brasileiro se encontrar, praticamente, em estado vegetativo, na década de 1990, os EUA não apoiaram o pleito brasileiro por assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Como mencionado anteriormente, a partir da década de 1990, a PEB passou por transformações caracterizadas por coalizações como Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) e Mercado Comum do Sul (Mercosul), e por relações comerciais de longo prazo como o relacionamento estabelecido com os EUA, contudo, foi no governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) que as parcerias estratégicas foram consideradas programas de trabalho. No governo Lula, a maior parte das negociações que envolviam a participação dos Estados era considerada parceria estratégica. Em documentos oficiais que podem ser encontrados nas páginas oficiais do Governo na Internet é possível encontrar parcerias estratégicas entre Brasil e diversos outros Estados, inclusive, o termo parceria estratégica para se referir às relações comerciais entre Brasil e à União Europeia.

A discussão proposta nesta pesquisa não buscou problematizar se as relações comerciais do Brasil com outros Estados são ou não são parcerias estratégicas. Mas sim, sob o olhar científico da academia fundamentar o termo parceria estratégica e avaliar se a histórica relação comercial na área de defesa entre França e Brasil ao longo de mais de cem anos pode ser considerada uma parceria estratégica. A fim de fundamentar o termo parceria estratégica, propõe-se um debate acadêmico com alguns autores que operam este conceito. André Luiz Reis da Silva sustenta que:



[...] observou-se, durante o governo Lula, um grande “ativismo diplomático”, marcado pelo aumento do número de viagens, pela instalação de novas embaixadas e pela busca de maior protagonismo nos fóruns globais, o que gerou uma intensificação das relações multilaterais e regionais do país, bem como uma intensificação das relações bilaterais, muitas das quais adquiriram o status de “parceria estratégica” junto ao Brasil. (REIS DA SILVA, 2015)

No entanto, ao contrário do que Reis da Silva argumenta, sustenta-se que, não houve alteração na PEB com esta situação. Argumenta-se que o investimento do Brasil em parcerias que pudessem potencializar os interesses nacionais no sistema internacional foi ampliado, à medida que novos atores e novos entornos geoestratégicos foram incluídos. A estratégia da PEB na potencialização dos interesses brasileiros em fóruns globais se manteve a mesma, defendendo um discurso inclusivo, um ambiente cooperativo e menos competitivo entre os Estados. Sustenta-se assim, que estas relações ampliadas, intensificadas em velhos e novos entornos geoestratégicos podem ser analisadas sob o conceito de parceria estratégica.

Ao pesquisar sobre o processo de construção do universalismo como vetor da PEB, Lessa sustenta que as parcerias estratégicas constituem um novo modo de proporcionar instrumentalidade ao sistema de relações bilaterais do Brasil. O fato de o Brasil não protagonizar nenhum conflito desde a Guerra do Paraguai (1865-1870) supõe que as relações do Brasil com outros Estados têm na diplomacia a sua principal estratégia de ação. Esta análise ressalta a vocação para a universalidade que, combinada com o pragmatismo e a capacidade de articulação concreta, operacionalizaram as históricas relações bilaterais do Brasil. Estas características destacam o Brasil na arena internacional, à medida que o seu histórico de relações bilaterais assegura respeito e credibilidade nos fóruns globais, permitindo identificar o Brasil no concerto das nações, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico, o parceiro ideal para mediar/estabilizar/resolver impasses e/ou constrangimentos. Isso pode ser observado, por exemplo, na percepção positiva dos EUA sobre o Brasil na ONU, na condução das operações humanitárias e de paz em Estados falidos, na resolução de contendas regionais, como na questão do gasoduto com a Bolívia e da hidrelétrica com o Paraguai e na mediação de tensões entre os vizinhos sul-americanos. De acordo com Condoleezza Rice, ex-secretária de Estado dos EUA:

[...] os EUA buscam no Brasil um parceiro regional e um líder global [...] O Brasil vem desempenhando um papel muito positivo nos últimos eventos aqui na região. Portanto, o Brasil que é uma grande democracia multiétnica deve desempenhar

um papel fundamental não só nos assuntos regionais, mas nos globais. (PECEQUILO, 2008, p. 146).

Por meio de sua política universalista, pragmática e capacidade de articulação concreta, desde o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) o Brasil tem ampliado sua presença nos mercados de países emergentes. Destaque pode ser dado aos países que compõem os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a América do Sul por meio do Mercosul e da Unasul, a África Austral através da Zopacas e da CPLP, e mais recentemente o Oriente Médio por meio da Cúpula dos Países Árabes. A capacidade de articular alianças elevou o poder de barganha do Brasil no comércio, empréstimos, dívida externa, transferência de tecnologias, ajuda direta e investimentos. Cristina Pecequilo sustenta que os EUA consideram e privilegiam em suas relações Estados fortes, aqueles que incrementam o poder de barganha. (PECEQUILO, 2008, p. 144). De acordo com esta autora, *“este padrão de auto-respeito é comum em parceiros norte-americanos como China e Índia, e passou a ser adotado pelo Brasil pela ampliação de sua agenda e conciliação do bilateralismo com seu característico perfil de global trader and player”* (PECEQUILO, 2008, p. 144). Por haver equivalência de objetivos, as relações com estes países se firmariam e gerariam benefícios potenciais nas áreas econômica, estratégica e política para o Brasil.

Densidade do diálogo político, convergência de agendas, potencial da cooperação científico-tecnológica, envolvimento em projetos de desenvolvimento conjuntos entre os países constituem características que podem mensurar se o grau de estreitamento entre os países pode se configurar como uma parceria estratégica. De acordo com André Luiz Reis da Silva:

[...] durante a era Lula, a vulgarização do termo parece ter sido útil enquanto o país procurava um papel de protagonismo no cenário internacional. O problema, no entanto, é a perda de sentido e de importância que surge com essa vulgarização. Logo, uma parceria estratégica passa a se tornar mais um título do que uma designação de relações bilaterais definidas pela cooperação e convergência entre as políticas e a economia de dois países. (REIS DA SILVA, 2015, p. 9).

Neste processo de banalização do termo parceria estratégica, qualquer relação substancial ganha notoriedade que não faz jus à relação. A idéia de parceria estratégica deve ser explorada para precisar as relações que permitem ganhos substantivos e potencializem os Estados no jogo político do sistema internacional, caracterizado por um ambiente estrutural, anárquico, assimétrico e de constante competição. Em virtude da dependência excessiva em relação aos EUA no século XX,

as parcerias estratégicas são construídas a partir do surgimento de velhos e novos atores que ofereçam alternativas a esta dependência no sistema internacional. De acordo Lessa:

[...] isso é tanto verdade que é possível afirmar que as relações Brasil-Europa Ocidental no século XX sejam caracterizadas por uma precisa regularidade: sempre que o Brasil procura alternativas – por vezes políticas, outras vezes econômicas – ao seu relacionamento com os EUA, volta-se para a Europa Ocidental; sempre é muito bem correspondido. (LESSA, 1998, p.4).

Neste trabalho, foram citados casos em que a França se tornou alternativa à dependência brasileira do mercado de defesa dos EUA. As condições para o estreitamento de vínculos com determinados países são criadas quando constrangimentos, próprios das relações anárquicas e assimétricas das relações internacionais são infligidas por países mais desenvolvidos ou, segundo o raciocínio deste autor, as relações tradicionais entre os países não são suficientes para prover os meios necessários para o desenvolvimento, ou ainda quando a deterioração das relações políticas e econômicas com a potência hegemônica impõe a criação de mecanismos alternativos que proporcionem maiores margens de autonomia. De acordo com Lessa, a construção de parcerias estratégicas está associada ao processo de escolha de parceiros preferenciais, o que convencionou denominar *universalismo seletivo*.

Sobre as relações entre os países, Diego de Freitas Rodrigues lança dois conceitos: parceria cooperativa e parceria estratégica. Na primeira, há uma relação harmoniosa em que, diferentemente do que ocorre na parceria estratégica, há menor grau de envolvimento entre os Estados, os quais desfrutam de relações mais produtivas e assertivas em diversas áreas. Neste tipo de parceria, nas áreas estratégicas de segurança e defesa, a cooperação é limitada. Já a parceria estratégica é fruto da combinação de quatro variáveis fundamentais:

[...] (i) condução de diálogo profícuo e amistoso entre altas autoridades políticas de ambas as partes, sustentado por mecanismos institucionais; (ii) manutenção de relações dinâmicas nos campos econômicos e sociocultural, com participação de diferentes atores sociais, contribuindo para o desenvolvimento de seus projetos nacionais; (iii) desenvolvimento de cooperação ativa e abrangente em questões estratégicas e de segurança, inclusive no campo militar; (iv) compartilhamento de visões a respeito da

organização do ambiente internacional. (RODRIGUES, 2010, p. 58).

Neste tipo de parceria, as relações entre os Estados ocorrem em grau mais avançado e os países envolvidos possuem interesses estratégicos e sistemas políticos semelhantes, desenvolvendo relações militares estreitas, subsidiadas por serviços de informação que também são interligados. Parcerias estratégicas que ocorrem entre países que são aliados tendem a ser mais duradouras e há maior cooperação entre seus sistemas políticos e econômicos, buscando mecanismos que visem à segurança, estabilidade e à influência.

Tais relações podem evoluir em direção à formação de um eixo de poder internacional, que implica não apenas em influência mútua entre os países envolvidos, mas também na ação articulada e coordenada no tratamento das mais importantes questões internacionais (RODRIGUES, 2010, p. 58).

Os desdobramentos da diplomacia presidencial franco-brasileira desde 2006, liderados por Jacques René Chirac (1995-2007) e Lula até Plano de Ação da Parceria Estratégica, liderados por Nicolas Sarkozy (2007-2012) e Lula, culminam na assinatura do Acordo Militar, simbolicamente, firmado em sete de setembro de 2009, data magna do Brasil. Os acordos de transferência de tecnologia que já vinham sendo assinados com a França desde 2008 representavam a coroação de uma histórica relação que transborda nos campos político, econômico, social, cultural, científica e tecnológica e militar, e remonta ao passado colonial brasileiro. De acordo com o Livro Branco de Defesa da França:

Les relations anciennes entre la France et le Brésil ont ainsi pris un cours nouveau avec le lancement en 2006 d'un partenariat stratégique touchant tous les domaines: militaire, spatial, énergétique, économique et éducatif. La France soutient également l'ambition du Brésil de jouer un rôle croissant sur la scène internationale ainsi que sa candidature à un siège de membre permanente au Conseil de sécurité des Nations unies. (Ministère de la Défense de France, 2013, p. 59).<sup>34</sup>

---

34 As velhas relações entre a França e o Brasil tiveram um novo curso com o lançamento, em 2006, de uma parceria estratégica em todas as áreas: militar, espacial, energética, econômica e educacional. A França também apoia a ambição do Brasil de desempenhar um papel crescente na cena internacional, bem como incentiva sua candidatura para ocupar um cargo permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. (Ministério da Defesa da França, 2013, 59, tradução nossa).

Sob o argumento da histórica relação que mantém com o Brasil, é que se acredita que, a França busca construir uma parceria estratégica. Conforme analisado, parcerias estratégicas resultam em implicações de ordem política e econômica, para além das questões militares. Em uma análise taxonômica, Becard (2013) propõe compreender os tipos de parcerias estratégicas e, em especial, o perfil do parceiro por meio da classificação desenvolvida por Thomas Renard em seu artigo *Strategic Wanted: The European Union and Strategic Partnerships*. Neste artigo, este autor define que “o parceiro é considerado essencial quando se constata ser impossível realizar tarefas sem o seu apoio. Assim, quanto mais essencial for o parceiro na resolução de um problema comum e de alcance mundial, regional ou nacional, mais estratégica será a relação” (LESSA, DE OLIVEIRA, 2013, p. 50). Já o parceiro pivô ou parceiro-chave é aquele que:

[...] mesmo não sendo essencial, pode mudar o equilíbrio regional ou global em benefício ou em detrimento de um terceiro país, dependendo da forma como ele é tratado. [...] Sobretudo, quando auxilia na solução de desafios do outro, seja porque tem recursos materiais abundantes, seja porque é dotado de atributos especiais que o tornam indispensável nos processos de barganha internacionais. (LESSA, DE OLIVEIRA, 2013, p. 50).

Por último, na classificação de Renard, “o parceiro natural é aquele com o qual se compartilham visões e valores parecidos de mundo, ou mesmo uma história ou passado comum, e do qual se desfruta da grande experiência nos negócios e apoio político nos processos decisórios internacionais” (LESSA, DE OLIVEIRA, 2013, p. 50). Becard (2013) enquadra a Brasil, China, a Índia e a Rússia como parceiros pivôs de potências mundiais, como EUA, à medida que aqueles são simplesmente grandes demais para serem ignorados e desempenham papel-chave em seus entornos geoestratégicos e questões globais: o Brasil na América do Sul, a Índia na Ásia, a Rússia na Eurásia e a China em questões político-econômicas.

Do ponto de vista das relações França-Brasil, considerando a França uma potência mundial e o Brasil uma potência emergente, a análise proposta por Becard (2013) ao enquadrar o Brasil como parceiro pivô é discutível. Diante da histórica influência política, econômica, cultural, social e militar que a França vem exercendo no Brasil desde o seu passado colonial é possível afirmar que França e Brasil são considerados parceiros naturais. Embora haja discordâncias em temas globais, como intervenções militares externas, França e Brasil compartilham visões e valores parecidos de mundo, desfrutam de grande experiência nos negócios e se apóiam mutuamente em diversos temas e processos decisórios internacionais. Os autores Fraser Cameron e Zheng Yongnian no livro *China-EU: a Common Future* concordam com os demais autores citados nesta pesquisa sobre o conceito de

parceria estratégica se constituir “como um compromisso de longo prazo entre dois importantes atores com vistas a estabelecer uma relação próxima em um número significativo de áreas ou políticas” (LESSA, DE OLIVEIRA, 2013, p. 47) e afirmam que, “a existência de uma parceria estratégica não impede o surgimento de diferenças entre os parceiros, mas que estes reconhecem a importância do compromisso mútuo assumido e se dispõem a encontrar bases comuns sempre que possível” (LESSA, DE OLIVEIRA, 2013, p. 47).

## **8 PARCERIA ESTRATÉGICA FRANÇA-BRASIL**

Desde 2005, Chirac tem orientado uma política externa mais independente, privilegiando parcerias bilaterais buscando construir parcerias estratégicas com países emergentes. Desde 2006, este presidente francês incentivava a vinda de empresas de seu país para o Brasil. A partir deste ano, Chirac e Lula assinaram seis acordos de cooperação bilaterais. As áreas em que a França defendia a construção da parceria eram, principalmente, energia, defesa e comércio. Na concepção de Chirac, o Brasil era uma alternativa política, econômica e estratégica para contornar a política externa hegemônica dos EUA no mundo. Ao defender a reforma da política internacional tendo como estratégia a ascensão permanente do Brasil nos organismos institucionais internacionais, a França está buscando promover a sua manutenção em uma nova estrutura do sistema internacional que, irreversível e irremediavelmente, acredita que agrupará as atuais potências emergentes. Embora em um sistema multipolar, o ambiente anárquico seja menos previsível, mais instável e as relações internacionais sejam pouco transparentes, Chirac acreditava que, se há resistência na velha estrutura ao maior protagonismo da França, apoiando a construção de uma nova estrutura do sistema internacional, a França teria maiores chances equilibrando este novo sistema e tendo maior protagonismo nele junto das futuras potências mundiais, em especial, da Rússia, da China, da Índia e do Brasil.

Dentro da análise sistêmica de balanço de poder de Kenneth Waltz, é possível perceber que a França busca reformar o sistema internacional no âmbito de uma distribuição de capacidades que inclui, além da transferência de tecnologia estratégica, a ampliação e a diversificação das relações econômicas, discussões multilaterais em fóruns globais, construções de parcerias estratégicas, apoio ao pleito de países emergentes por assento permanente no CSONU etc. Tanto Sarkozy quanto François Hollande (2012-2017) mantiveram e fortaleceram as relações bilaterais França-Brasil. A França apóia o pleito brasileiro por assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (CSONU), Sarkozy empenhou-se em incluir o Brasil no G8 e propôs transformar o G20 em um órgão de gestão de crises, capaz de conceber e de aprovar reformas estruturais na política internacional, pôr fim aos desequilíbrios mundiais e reforçar a regulação da globalização, França e Brasil têm se articulado nos fóruns globais propondo projetos de longo prazo de cooperação

e integração, na formulação de estratégias mundiais para a promoção de energias renováveis.

Na área comercial, desde 2006, as relações entre Brasil e França cresceram vertiginosamente. Boa parte da quantidade de investimentos franceses no Brasil nos últimos é reflexo do aumento da capacidade instalada das grandes empresas francesas que já se encontravam no mercado brasileiro. Em virtude de estas empresas estarem ampliando e diversificando suas linhas de atuação neste mercado, em diversas regiões do país, além de áreas comerciais, as empresas francesas têm se interessado em participar de setores estratégicos, tais como, tecnologia da informação, petróleo, hidroeletricidade, trens de alta velocidade, aeroportos, energia e defesa.

Em 2008, Sarkozy e Lula estabeleceram conjuntamente um Plano de Ação, no qual seus países se comprometeram em criar um Grupo de Trabalho Econômico e Comercial de Alto Nível Brasil-França e a Câmara de Comércio Franco-Brasileira em Paris. Por meio deste Plano, o Brasil busca o comprometimento da França em fortalecê-lo multilateralmente nos organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a ONU entre outros.

Há sinergia de interesses e esforços combinados entre França e Brasil nas áreas de combate à fome, na erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, energias renováveis, defesa e reformulação do sistema internacional. Neste sentido, é possível enquadrar a relação Brasil-França como parceria estratégica em construção. Como analisado, para que parcerias estratégicas sejam construídas é preciso que o histórico de relações bilaterais entre os dois países assegure respeito mútuo e a credibilidade nos fóruns globais, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico, no qual o país desenvolvido identifique no outro país o parceiro ideal para mediar/estabilizar/resolver impasses e/ou constrangimentos. Confirmado o *status* de parceria estratégica, confirma-se também a hipótese de que a parceria estratégica França-Brasil é a Grande Estratégia da França para redistribuir capacidades e reequilibrar o poder francês no sistema internacional sob a ótica da teoria de balança de poder de Waltz.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A distribuição de capacidades nesta parceria estratégica França-Brasil não se limita à reorientação e reformulação da política de exportação de produtos estratégicos de defesa da França, mas sim, abrange um conjunto de políticas e práticas conjuntas internacionais que, como analisado, perpassam pelo aumento da capacidade instalada das grandes empresas francesas em território brasileiro, na contribuição na mudança da mentalidade empresarial brasileira, no respeito mútuo e diálogo entre os países na busca por mecanismos de articulações de interesses e de



legitimação, no comprometimento francês em fortalecer multilateralmente o Brasil em fóruns globais, no apoio ao pleito brasileiro por reformas nos centros de decisão da estrutura dos arranjos institucionais internacionais e afinação nas propostas de projeto de longo prazo que envolvam cooperação e integração entre Brasil e França.

O impulso às atividades mercadológicas francesas no Brasil faz parte da política de Estado francesa. A expectativa dos setores brasileiros envolvidos com a ToT é que a França contribua na implementação de uma nova cultura empresarial no Brasil, participando cada vez mais em investimentos de capital direto nas empresas brasileiras, estimulando as inovações radicais no contexto das P&D e promovendo uma renovação nos arranjos empresariais na parceria estratégica França-Brasil.

O crescimento da economia brasileira e a maior projeção política no sistema internacional elevaram as relações França-Brasil na área de defesa ao patamar de parceria estratégica. Esta parceria, demonstrada por características, agendas e objetivos afins transbordou para outras áreas, além da defesa, tais como energia, sustentabilidade, agricultura, combate a fome e a pobreza etc. Neste sentido, por comprovar cientificamente que a parceria estratégica França-Brasil se configure como uma distribuição de capacidades é possível confirmar que a França está buscando reequilibrar o poder no sistema internacional por meio desta parceria.

Ao longo da pesquisa, no seio da proposta de estudar casos coletivos por meio da pesquisa histórica, foi possível desmembrar a histórica relação entre França e Brasil na área de Defesa em três etapas: a primeira, que durou de 1900 à década de 1940, na qual a França buscou conquistar o mercado de defesa brasileiro; a segunda, que durou da década de 1950 à década de 1990, em que o Brasil foi transformado em uma zona de influência militar francesa e, paralelamente, a França reiniciava o processo de reconquista do mercado de defesa brasileiro, e, terceira e última etapa, caracterizada pela transformação da histórica relação comercial em parceria estratégica e consolidação da presença francesa no mercado de defesa nacional. A França hoje está presente e atuante nas três Forças Armadas brasileiras, uma parceria que está sendo construída ao longo de mais de cem anos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? *Revista Esboços*, n. 20 — UFSC, 2008, p. 261. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p245/9524>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. *Renault FT-17 – O Primeiro Carro de Combate do Exército Brasileiro*. Bauru: Taller Comunicação, 2011.

BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. *A Missão Militar Francesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.

BRASIL aceita renúncia a armas nucleares. *Folha de São Paulo*, 21 de junho de 1997. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc210614.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CHIRAC incentiva empresas francesas a ampliarem presença no Brasil. *Diário do Grande ABC*, 25 de maio de 2006. Disponível em < <http://www.dgabc.com.br/Noticia/341644/chirac-incentiva-empresas-francesas-a-ampliarem-presenca-no-brasil->>. Acesso em: 18 jul. 2016.

CHIRAC quer Brasil como parceiro da França para “globalização harmoniosa”. Agência Senado, 25 de maio de 2006. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/05/25/chirac-quer-brasil-como-parceiro-da-franca-para-globalizacao-harmoniosa>>. Acesso em: 08. ago. 2016.

COELHO, Ricardo Corrêa. *O homem que resgatou a honra da França*. São Paulo: Contexto, 2014.

COUTAU-BEGARIE, Hervé. *El poder marítimo. Castex y la Estrategia Naval*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1989.

DELLAGNEZZE, René. 200 Anos da Indústria de Defesa no Brasil. *ECS Defesa*, 2010. Disponível em: < <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/200ANOS.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2016.

KASSEB, P. F. Mirage III – EBR/DBR – na Força Aérea Brasileira: antecedentes e legados. ZLC: Guarulhos/SP, 2008.

LAMPREIA, Luis Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 41 n. 2 Brasília July/Dec. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291998000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200001)>. Acesso em: 22 abr. 2016.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v.41 no.spe Brasília, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000300003&script=sci\\_arttext&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000300003&script=sci_arttext&lng=pt)>. Acesso em: 15 mar. 2016.  
LESSA, Antonio Carlos. DE OLIVEIRA, Henrique Altermani. (Org.). *Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais*. v. I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

Livre Blanc. Ministère de la Défense, France. 2013. p.59. Disponível em: <http://fr.calameo.com/read/000331627d6f04ea4fe0e> . Acesso em: 15 mar. 2016.

LONGO, Waldimir Pirró e. Conceitos básicos sobre ciência, tecnologia e inovação. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.waldimir.longo.nom.br/artigos/T6.doc> >. Acesso em: 25 set. 2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. *Rev. Bras. Polít. Int.* 51 (2): 136-153, 2008. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09.pdf> >. Acesso em: 25 set. 2016.

REIS DA SILVA, André Luiz. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). *Contexto Internacional*. v. 37 n.1 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292015000100143](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292015000100143)>. Acesso em: 25 set. 2016.

REZENDE, Lucas Pereira. *Sobe e desce! Explicando a cooperação em defesa na América do Sul: uma teoria realista-ofensiva*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/88329/000906479.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 set. 2016.

RODRIGUES, Diego de Freitas. Cooperação horizontal Sul-Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 53 (1): 45-66 [2010]. p. 58. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n1/a03v53n1.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

VIGEVANI, Tullo. OLIVEIRA, Marcelo F. de. CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Revista Tempo Social*. v.15, n. 2 São Paulo, nov. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702003000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200003)>. Acesso em: 20 set. 2016.

WILKINS, Thomas. *'Alignment' not 'alliance' - the shifting paradigm of international security cooperation: toward a conceptual taxonomy of alignment*. *Review of International Studies*, 38, 2012.

Recebido em: 20 jun. 2017  
Aprovado em: 15 ago. 2017